

ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA: DIFERENÇAS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL E NO TRATAMENTO DE SEUS OBJETOS

Ana Cláudia Lara dos Santos Coelho¹
Asy Pepe Sanches Neto²

Resumo: Com este artigo busca-se introduzir algumas diferenças conceituais entre a arquivologia e a biblioteconomia. Para avançar com a discussão, apresenta-se os objetos científicos dessas ciências e as diferenças na prática profissional de arquivistas e bibliotecários. Para o estabelecimento do recorte, consideraram-se, além do objeto científico e da atuação profissional, o significado de usuário e de acesso e as diferenças destes em ambos os saberes. Como resultado apresenta-se um quadro comparativo entre os elementos-chave analisados e conclui-se que, apesar das convergências entre as áreas, as diferenças são marcadas por práticas profissionais com demandas e universos ainda distintos.

Palavras-chave: Arquivologia. Biblioteconomia. Objeto científico. Prática profissional.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a arquivologia, a biblioteconomia e a ciência da informação³ são ciências que, apesar de suas diferenças são oportunamente aproximadas sob o conceito de informação e de que os profissionais dessas áreas se unem pela proximidade com que tratam, acumulam, divulgam e descartam documentos e informações. Não é raro ouvir que arquivistas e bibliotecários são, na verdade, profissionais da informação. Também é frequente a pergunta: Qual a diferença entre a arquivologia e a biblioteconomia? Tentaremos demonstrar algumas dessas diferenças neste artigo.

As dúvidas relativas às distinções entre a arquivologia e a biblioteconomia nos levam a questionar e pensar o objeto dessas áreas. O objeto científico

atribui identidade ao campo disciplinar, comporta uma nova possibilidade de conhecer, ampliando assim as perspectivas de representação do mundo pelo homem. As diferentes áreas do conhecimento pensam os fenômenos do mundo real a partir de seu campo de estudo, que é determinado fundamentalmente pelo Objeto, possibilitando que dentro de cada área haja uma maneira específica de conhecer e interpretar os fenômenos a partir de um referencial (SCHMIDT, 2012, p. 26).

Então, se a definição dos objetos é o que marca a atuação de uma ciência no mundo, é imprescindível que estas fronteiras sejam compreendidas. Esclarecemos, porém, que isso não pode ser feito de forma rígida, já que estas fronteiras não são eternas e nem fixas.

Existem regulações que preservam alguns campos científicos, mas estas mesmas regulações modificam a estrutura de uma ciência. A dinâmica do saber altera os objetos e, por tudo isso, uma ciência

¹ Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: anaclaudialaracoelho@gmail.com

² Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: asy.sanches@gmail.com

³ Optou-se por padronizar os nomes das áreas em minúsculo – arquivologia, biblioteconomia e ciência da informação – a fim de evitar possíveis hierarquizações inconscientes entre as mesmas (com exceção das citações).



move-se. Dito de outra forma, a ciência não é um construto isolado operando para sempre da mesma forma. Ela é o reflexo das relações sociais, da tecnologia, das prioridades e desejos de uma determinada sociedade. Assim como esses fatores alteram-se, a ciência juntamente se transforma. Com a arquivologia e a biblioteconomia, é claro, ocorre o mesmo.

Dito desta forma pode soar controversa a escolha deste artigo que, objetivamente, tentará apontar a distinção que há entre o objeto e a atuação profissional das áreas citadas. No entanto, para além das discussões a respeito da epistemologia dessas e de outras áreas e a constante redefinição dos contextos, há a dúvida concreta sobre a definição existente atualmente acerca dos objetos destas duas ciências.

Por isso, antes de dar sequência ao tema, precisamos fazer uma ponderação. Um dos principais problemas da proposta deste artigo (discutir de forma introdutória o objeto destes campos) é que temos de fazê-lo excluindo alguns conceitos, discussões e variáveis. Isso se torna problemático na medida em que pode: a) apresentar parcialmente o problema ao leitor; e b) sugerir a existência de alguma unidade ou, ainda, que os problemas das áreas estão resolvidos. **Não estão!** Este artigo objetiva ser um guia que auxilie o aluno de arquivologia, biblioteconomia e demais interessados no assunto a criar uma distinção básica e objetiva entre os seus objetos primeiros, contextualizados a partir de uma centralidade dos espaços de atuação profissional.

Para Bellotto (2006, p. 35), tanto a arquivologia quanto a biblioteconomia apresentam um “elemento comum e primeiro: o documento”. A autora acrescenta que “arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social”, e do testemunho histórico e jurídico (BELLOTTO, 2006, p. 35). No entanto, ainda que Bellotto apresente o documento como um objeto comum entre a arquivologia e a biblioteconomia, ela e demais autores mostram as diferentes características que este assume. Para a autora não é o suporte do documento que determina se o mesmo pertencerá ao arquivo ou a biblioteca, e sim a “forma/função pela qual o documento é criado [...] a razão de sua origem e de seu emprego” (BELLOTTO, 2006, p. 36). Essa forma/função de criação vai definir o uso e o destino de armazenamento. Marques inclui a arquivologia, a biblioteconomia, a documentação, a ciência da Informação e a museologia como disciplinas (ou sub/inter campos) que permeiam o campo da informação e “têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação” (2013, p. 38).

Além da teoria, a própria prática nas áreas e o contato com os colegas da outra área atestam as diferenças no objeto e na atuação profissional. Alguém poderia questionar: e os pontos de convergência, não existem? Como exemplificado acima, sim, existem! Mas, de certa forma, estes pontos estão mais

expressos na literatura que enfatiza que a arquivologia e a biblioteconomia estão ligadas pela ideia de informação.⁴

Assim, independente de concordâncias e discordâncias acerca da profundidade e lógica da ligação/interdisciplinaridade entre a arquivologia e a biblioteconomia, tal ligação foi e vem sendo construída. Consideramos pertinente continuar esse diálogo entre elas a partir da apresentação da diferença entre seus objetos científicos. Propomos também apresentar ao final um quadro comparativo com as definições levantadas nesse artigo acerca das principais diferenças entre as áreas.

2 OBJETO DA ARQUIVOLOGIA

Ao pensarmos no objeto da arquivologia, a primeira conceituação que vem à mente é “documento de arquivo”. Mas há também autores que o pensam como sendo a informação, ou ainda, a informação orgânica registrada. Schmidt, em sua tese de doutorado, traz as seguintes definições levantadas a partir da literatura da área sobre o objeto científico:

o arquivo enquanto conjunto de documentos de arquivo; o documento de arquivo; a informação orgânica registrada; a informação arquivística; a informação social; o *Process-Bound information* – informação gerada pelos processos administrativos e organizada com vistas a recuperar o contexto (SCHMIDT, 2012, p. 27-28).

Marques (2013, p. 86), citando Silva et al., também chama atenção para a falta de consenso na área acerca de seu objeto, e para as diversas interpretações existentes estimuladas por necessidades pragmáticas e valores ideológicos de diferentes países.

Diante dessas diferenças internas, selecionamos as visões de: Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, da escola arquivística canadense, por serem os primeiros autores a desenvolverem o conceito de informação orgânica e não-orgânica; Theodore R. Schellenberg, da escola estadunidense, por ser considerado um clássico e ter influenciado amplamente a arquivologia brasileira; Heloísa Bellotto e Maria Odila Fonseca, duas autoras brasileiras que também escreveram livros considerados clássicos pela área; Angelica Marques, por sua análise da trajetória da arquivologia no Brasil; e Clarissa Schmidt, por sua tese minuciosa sobre tema objeto científico da arquivologia.

Rousseau e Couture (1991, p. 63-64) explicam que as organizações exercem atividades e funções ligadas direta ou indiretamente à sua missão (atividades-fim e atividades-meio, respectivamente),

⁴ Há também os possíveis vieses político e orçamentário que unem as duas áreas (MARQUES, 2013, p. 27, nota de rodapé) e o histórico, já que determinados autores identificam nas origens da biblioteconomia e da arquivologia possíveis entrelaçamentos, ainda que tal visão não seja compartilhada por todos (TANUS, 2014). Porém, como o objetivo do artigo é evidenciar as diferenças, tais vieses não serão trabalhados.



produzindo informações essenciais que poderão ser orgânicas ou não-orgânicas. Para os autores (ROUSSEAU; COUTURE, 1991, p. 65), informação orgânica é aquela enviada ou recebida no âmbito da missão da organização, encontrada em todos os departamentos desta e utilizada tanto pelo seu valor primário (tomada e controle de decisão e de ações) quanto pelo valor secundário (pesquisa); quando registrada, a informação orgânica gera os arquivos da organização. A respeito das informações não-orgânicas, os autores não oferecem um aprofundamento, afirmando que elas existem “nos locais de trabalho mas igualmente na biblioteca ou no centro de documentação, sob a forma de publicações, de banco de dados ou de *dossiers* temáticos” (ROUSSEAU; COUTURE, 1991, p. 65).

A partir dessa proposta de classificação baseada na informação, Rousseau e Couture sugerem que a arquivística seja tratada integralmente, contemplando a informação desde a sua produção até o seu encaminhamento ao arquivo permanente ou à eliminação (1991, p. 68). A “arquivística integrada” é uma resposta ao tratamento documental realizado pelos estadunidenses, onde a gestão dos documentos os divide em *records* e *archives*. Os primeiros (documentos correntes) são organizados pelos *records managers* (gestores de documentos). Já os segundos (arquivos) são de responsabilidade do arquivista e denominam os documentos de valor permanente (visão defendida por SCHELLENBERG, 2006). Essa divisão é considerada ineficiente por Rousseau e Couture (1991, p. 70), já que estaria subordinando a arquivologia à história (ao enfatizar o documento pelo seu valor secundário) ou à administração (ao destacar o documento pelo seu valor primário). Ao ressaltar a gestão da informação, os autores entendem que o arquivista deve atuar nos arquivos correntes, intermediários e permanentes. O objeto da arquivologia – ou arquivística, como sugerem os autores (ROUSSEAU; COUTURE, 1991, p. 69-70) – é, portanto, a informação orgânica.

Schellenberg, diferente dos autores canadenses, trabalha com o conceito de documento. Para o autor (SCHELLENBERG, 2006, p. 39, 43), os documentos resultam das atividades e funções do órgão ou entidade produtora e o valor dos mesmos está na relação orgânica que mantêm com os outros documentos do mesmo conjunto (função primária de prova). Ele considera ainda o documento de arquivo como aquele que é composto por dois elementos essenciais: o primeiro é a razão de produção e acumulação dos documentos e o segundo são os valores que estimulam a preservação desse documento (devem ser preservados para usos diferentes daqueles que motivaram sua criação e utilizados por pessoas além dos próprios criadores) (SCHELLENBERG, 2006, p. 37-38). Percebe-se assim que, para esse autor, documento de arquivo é apenas aquele que cujo destino é o arquivo permanente de uma instituição, não englobando os documentos correntes. Para Schellenberg, o objeto da arquivologia é, assim, o *archive* (documento de arquivo permanente).

Bellotto (2002) classifica o objeto da arquivologia ou arquivística em 1) objeto intelectual e 2) objeto físico. O 1) objeto intelectual é formado pelos dados que possibilitam a informação e 2) os objetos físicos se dividem em: a) arquivo enquanto conjuntos documentais (onde a teoria, a prática e a metodologia serão aplicadas), b) documento em si mesmo e c) arquivo enquanto entidade (a instituição arquivística e as metodologias próprias para a administração dos recursos materiais, documentais e financeiros) (p. 5-6). Ainda para a autora, um dos pilares da doutrina arquivística é a “indissolubilidade entre a informação, o meio documental no qual ela está vinculada, o suporte, a proveniência e, sobretudo, o vínculo entre os documentos do mesmo contexto genético” (BELLOTTO, 2010, p. 161), ou seja, a ligação entre o tipo de documento e a informação que contém, entre o documento e quem o produziu (proveniência), e entre o documento e os outros documentos do mesmo conjunto (organicidade). Bellotto (2010, p. 170) afirma ainda que não há “outra expressão melhor do que ‘documento de arquivo’” para ser usada na área. Considera-se, então, que para Bellotto o objeto científico da arquivologia é o documento de arquivo.

Fonseca (2005) situa o objeto da arquivologia segundo os paradigmas custodial e pós-custodial.⁵ Para a autora, o objeto da arquivologia clássica ou custodial é o documento produzido ou recebido por uma administração pública, cujo fundo é custodiado por instituição arquivística (FONSECA, 2005, p. 55). Por fundo entende-se o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade (pública ou privada), pessoa ou família, que em um arquivo permanente passa a conviver com conjuntos de documentos produzidos por outras entidades, pessoas e famílias. Por exemplo, os conjuntos de documentos do “Departamento de Educação” e do “Departamento do Sistema Penitenciário” que são guardados pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) como fundos distintos. Já o objeto da arquivologia pós-custodial é a informação arquivística ou “informação registrada orgânica”, ou seja, aquela que é gerada pelos processos administrativos e estruturada de forma a destacar o contexto desses processos na organização (FONSECA, 2005, p. 59). Percebe-se, na visão pós-custodial, clara influência da escola arquivística canadense, autores Rousseau e Couture. Diante dessas duas visões, Fonseca elege o objeto da arquivologia como sendo a informação, tanto a contida no documento de arquivo quanto a presente no conjunto documental, “naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que o criou” (FONSECA, 2005, p. 59).

⁵ Silva define grandes diferenças entre os dois paradigmas. O paradigma custodial teria preocupações históricas e patrimoniais, valorizando a técnica, a guarda e a conservação dos documentos. O Arquivo enquanto instituição seria uma fonte legitimadora do Estado-Nação, priorizando o acesso ao conteúdo documental pelos instrumentos de pesquisa ao invés de valorizar a informação. E os arquivistas confundiriam profissão e ciência, concebendo a arquivologia a partir da profissão. Já o paradigma pós-custodial seria informacional e científico, valorizando mais a informação que o suporte, enxergando o acesso público como a verdadeira razão da custódia e preservação dos documentos. Valorizaria os modelos teóricos e científicos no conhecimento da informação, dentro de uma perspectiva social (SILVA, 2006, p. 19-21 *apud* MARQUES, 2013, p. 97).



Para Marques (2013), as demandas sociais por informação tornam necessário à arquivologia repensar diversos de seus aspectos, dentre eles, a definição de objeto científico. Como Fonseca, Marques também aborda os paradigmas custodial e pós-custodial. Citando Silva, a autora os define da seguinte forma:

[o paradigma custodial é] ‘historicista’, ‘empírico-patrimonialista’, ‘tecnicista’ ou ‘estático’, sobrevaloriza a guarda e conservação dos documentos; contrapõe o papel do arquivo (seu serviço e sua missão) entre a erudição e a cultura popular; realça a memória como fonte legitimadora do Estado-Nação; valoriza o acesso ao conteúdo documental, via instrumentos de pesquisa, mais que o seu ‘imperativo informacional’; é perpassado pelo ‘espírito corporativo’, que (...) confunde profissão e ciência, equivocadamente concebendo disciplinas autônomas (a Arquivologia e a Biblioteconomia) a partir de profissões (arquivista e bibliotecário). [O paradigma pós-custodial] é ‘dinâmico, informacional e científico’ (...) valoriza a informação mais que o suporte; prioriza o acesso público, como justificativa e legitimação da custódia e preservação; valoriza os modelos teóricos e científicos no conhecimento da informação; concebe a ‘lógica científico-compreensiva da informação na gestão’, articulando a gestão organizacional às práticas e informações sociais. (SILVA, 2006, p. 19-21 *apud* MARQUES, 2013, p. 97).

A partir dessa conceituação, nota-se que Marques enxerga o paradigma pós-custodial como mais eficiente que o representante da arquivologia clássica. Tal pode ser comprovado pela afirmação de que a arquivologia no século XXI, levada “ao e pelo mundo da informação e passando a partilhá-lo num campo político-social” deve “repensar seu objeto (da materialidade do documento à dinâmica da informação orgânica registrada)” (MARQUES, 2013, p. 270). O objeto científico da arquivologia, para Marques, deve ser o que mesmo que para Rousseau, Couture e Fonseca: a informação orgânica registrada.

Schmidt (2012, p. 42, 103 e 104) identifica os seguintes momentos da trajetória da arquivologia que influenciaram a visão acerca de seu objeto científico: história dos arquivos (invenção da escrita até a Revolução Francesa - 1789), arquivologia clássica (de 1789 até o pós II Guerra Mundial - 1940), arquivologia moderna (de meados de 1940 a 1980) e arquivologia contemporânea (a partir de 1980). Com relação a essa classificação, a autora explica que o objeto científico da arquivologia está atrelado ao contexto e as necessidades da profissão e dos estudos da área e que as visões custodiais e pós-custodiais coexistem:

Nesse sentido, o tipo de acervo, seu estado de conservação, os usos que dele se esperam, as maneiras pelas quais são produzidos, e muitas outras variáveis que se apresentam no campo da realidade é que devem determinar as escolhas de *Saber* pelos arquivistas de modo a garantir os elementos que fundamentam a disciplina. Ou seja, é possível nos valermos de teorias consideradas “Custodiais” e ao mesmo tempo de “Pós-Custodiais” para o exercício de nossas funções, ao passo que essa “mistura” não invalida nenhuma das instâncias do nosso *Saber* ou *Fazer* (SCHMIDT, 2012, p. 215, grifos da autora).

Conceitos são revisitados, adaptados e transformados. Porém a autora esclarece que sua posição é a de que “o material de arquivo, representado no documento de arquivo, é o Objeto que atribui identidade à

Arquivologia e que, frente ao *progresso da tecnologia documental*, necessita ampliar sua definição” (SCHMIDT, 2012, p. 287, grifo da autora).

2.1 A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E O OBJETO CIENTÍFICO

Com relação à atuação profissional do arquivista, o objeto científico mudará ou absorverá diferentes definições segundo a necessidade, o material utilizado, ou seja, a realidade que o profissional encontrar no seu ambiente de trabalho etc. (conforme destacado por Schmidt). No tratamento de documentos eletrônicos, alguns autores defendem que a abordagem seja pós-custodial, e o objeto, a informação orgânica arquivística, como Fonseca (2005, p. 65-66) e Marques (2013, p. 99, 104). Há ainda aqueles que afirmam a necessidade da mudança do objeto científico do documento para os processos de criação, pois estes representariam melhor a dinâmica e o contexto das trocas informacionais atuais (COOK, 2012). Porém de igual modo há autores, como Luciana Duranti (1994), que defendem que através da Diplomática e do uso das tipologias documentais, as características do documento de arquivo (unicidade, naturalidade, imparcialidade, autenticidade, organicidade) e os princípios arquivísticos (cumulatividade, proveniência, indivisibilidade, organicidade, unicidade, respeito aos fundos) continuam válidos para os documentos eletrônicos.

Diante dessas visões, entendemos que o objeto científico da arquivologia, mesmo diante do aumento dos arquivos digitais, pode se pautar no conceito de “documento de arquivo”. Caso trabalhe em um arquivo corrente, o arquivista poderá utilizar esse conceito, atentando para a ordenação a fim de atender às necessidades do usuário primário e cuidando para que a gestão dos documentos seja realizada, acompanhando a produção e o recebimento dos mesmos, fazendo a classificação, controlando a tramitação e realizando a avaliação (BELLOTTO, 2006, p. 30) a fim de enviar para o arquivo permanente os documentos que também possuam valor secundário. No caso do arquivo permanente, o arquivista também lidará com a definição de documento de arquivo, e realizará atividades de recolhimento, organização e avaliação (caso o material não tenha sido classificado e avaliado nas fases corrente e intermediária), arranjo, preservação, descrição e difusão tanto para os produtores quanto para os usuários secundários.

Reforçamos que a posição escolhida deve auxiliar a atuação profissional, seja uma posição rígida ou uma que abarque diferentes visões. Mas também propomos que, com as devidas adaptações e compreensão do perfil institucional e das características do acervo com os quais se lida (arquivos públicos, privados, pessoais, eletrônicos, correntes, intermediários e permanentes), as teorias que consideram o

documento de arquivo enquanto objeto da arquivologia podem ser utilizadas em todas as situações. Diferente de autores que acreditam em uma mudança total da teoria arquivística, defendemos que muito pode ser reaproveitado e adaptado. Afinal, o documento de arquivo continua servindo para provar, identificar-se, lembrar do que já foi feito e compreender (DELMAS, 2010).

2.2 O ACESSO

No que se refere a tornar os documentos disponíveis à consulta em arquivos públicos (que podem, a nosso ver, ser estendidas a arquivos de instituições privadas) Schellenberg destaca dois aspectos: a política de acesso e a política de uso dos documentos. A política de acesso refere-se aos critérios que definem quais documentos poderão ou não ser acessados (geralmente com base em legislação) e a de uso diz respeito à formulação de normas e métodos para a utilização destes documentos (a política interna de acesso da instituição), que abrangem fatores como as regras a serem observadas pelo usuário ao ter o documento em mãos, os locais para disponibilização deste documento, o empréstimo, os serviços de reprodução e os de informação (SCHELLENBERG, 2006, p. 345-358).

Os serviços de informação são aqueles que prestarão atendimento pessoal ou à distância, levando em consideração o tempo e o trabalho que a solicitação demandará (SCHELLENBERG, 2006, p. 358).

Esse atendimento à distância é largamente utilizado atualmente. Como salienta Michael Fox:

O mundo da pesquisa histórica, da busca por informação em geral, é muito diferente hoje de quando eu comecei como arquivista há trinta e cinco anos atrás. Nada teve um impacto maior naquele processo do que o surgimento de tecnologias eletrônicas nas quais os pesquisadores vieram a confiar. Elas afetam os usuários de dois modos. Primeiro, os pesquisadores confiam no uso pelo arquivista de tecnologias como a web e a digitalização de documentos para fornecer-lhes informação. Por sua vez, eles usam outras tecnologias, tais como processadores de texto, base de dados, manipulação de dados e programas de apresentação, publicação eletrônica e ambientes de preservação e distribuição de dados, para produzir, usar e gerenciar a informação que eles adquirem em nossos arquivos. E nós fazemos o mesmo dentro de nossas instituições. Precisamos reconhecer essas mudanças e nos adaptar para lidar com elas (MICHAEL FOX, 2007, p. 24-25).

Para atender esse novo pesquisador, os arquivistas precisam desenvolver sistemas de recuperação que atentem para as necessidades dos usuários, já que eles são variados e podem pesquisar por diversos meios. Os sistemas, portanto, devem ser amplos o suficiente para atender inclusive a pessoa que tem pouco ou nenhum conhecimento dos documentos contidos nos fundos arquivísticos (SHEPHERD, Elizabeth; YEO, Geoffrey, 2003 p. 216).

Voltando a Schellenberg, este também salienta a importância dos instrumentos de pesquisa para o acesso. Segundo o autor, a produção desses instrumentos serve a dois propósitos: “a) tornar os papéis conhecidos às pessoas que possam vir a se interessar pelos mesmos; e b) facilitar ao arquivista a



pesquisa” (SCHELLENBERG, 2006, p. 313). Para Bellotto, a ordem de criação desses instrumentos (guia, inventários, catálogos) em arquivos públicos depende da situação da instituição, sendo necessário ao arquivista se atualizar quanto aos “recursos humanos e financeiros; preparação técnica e científica do pessoal; qualidade dos recolhimentos; perfil do usuário e sua demanda de dados; tendências da historiografia; estado físico da documentação” (2006, p. 219-220).

Bellotto (2006, p. 228) afirma ainda que o arquivo também pode atender à comunidade em geral (não apenas aos pesquisadores), através dos serviços de difusão cultural, como palestras, lançamento de obras, concursos sobre temas históricos e debates, que já têm sido realizados no Brasil.

3 OBJETO DA BIBLIOTECONOMIA

Bourdieu enfatizava em sua obra as relações de disputa que existem no interior de toda a ciência, e, enquanto ciência, a biblioteconomia está sujeita a todos os mesmos mecanismos de definição de prioridades, de poder e de disputa.

Isso é o que torna ainda mais complexa a pergunta: qual o objeto da biblioteconomia?

Mostafa (1985), por exemplo, disse que a relação sujeito-objeto nos estudos científicos da biblioteconomia está amparada em duas principais concepções:

[...] ou têm-se reflexões epistemológicas sobre o processo de comunicação, onde a biblioteconomia é o elo que contribui para maximizar a utilização social dos registros gráficos para o bem da humanidade, como se a humanidade não pudesse viver sem a biblioteconomia [...] ou têm-se trabalhos tão empiricamente bem-construídos que o sujeito se sente intimidado de no-los apresentar pois o seu trabalho lhe escapa como algo estranho (MOSTAFA, 1985. p. 2).

Poderíamos dizer de outra forma, que a biblioteconomia pendula entre uma ciência objetiva, com objetivos práticos tão concretos que a colocam como uma ciência dura e rija, e o profissional, nesse cenário, obriga-se a parecer máquina neutra, ou, por outro lado, que ela representa uma forma sutil de ligar os registros gráficos aos humanos (estes últimos comumente chamados de usuários pela área), apresentando-se como uma ciência artesanal, ou uma arte, como diz Mostafa.

Freitas (2001) fala que durante a década de 1970 do século passado, predominavam entre os profissionais do segmento da informação os discursos sobre o “público”. Nesse sentido, os debates acerca das bibliotecas públicas, uso público de documento etc. eram uma questão com maior força no interior das discussões da área do que as discussões sobre o mercado, a informação como produto etc.

A autora acrescenta que, durante a década de 1990, com o apogeu do discurso neoliberal na área e com a ascensão do discurso de Sociedade da Informação, os textos da área de informação ligavam-se

muito mais fortemente as questões relativas ao privado, à gerência, ao mercado etc. do que anteriormente, chegando quase a ultrapassar os discursos relativos à noção pública de informação e documentos nas publicações da área. Na prática, a autora demonstrou que quando a área se voltava às questões “do privado”, reduziam as questões “do público” e, com isso, demonstra que há, de certa forma, uma disputa em curso sobre o papel da informação na sociedade.

De toda a forma, os estudos da autora demonstram que o Campo de estudos da Informação⁶ possui, minimamente, duas grandes fortes frentes de pesquisadores e/ou temas de pesquisa: aqueles voltados à dinâmica pública e social da informação e outros que se interessam pela informação e seus aspectos mercadológicos. Tentaremos, a fim de seguir com este artigo, falar dos assuntos que são transversais às duas abordagens.

É claro que essas questões não são e nem estão completamente separadas e, nesse sentido, é bom frisar que essas divisões não são tão simples quanto podem sugerir esses parágrafos.

Sobre o tema central deste artigo, por exemplo, se alguém abrisse o livro “O poder das bibliotecas” de Marc Baratin e Christian Jacob (2008) e buscasse somente naquelas reflexões um conceito definitivo de biblioteconomia ou do objeto da biblioteconomia certamente teria dificuldades de chegar a uma conclusão, ainda que excluísse os outros contextos históricos e focasse apenas as questões atuais.

Muitas vezes dizemos, sobretudo em contextos didáticos, que o objeto da biblioteconomia no contemporâneo é a mediação da informação. Somos levados a isso especialmente pela dificuldade de articularmos os conceitos relacionados às redes digitais e às atividades exigidas nos estágios (que ocorrem em múltiplos tipos de instituições) e o conceito clássico de biblioteca e/ou biblioteconomia.

Certamente é confuso o caminho histórico que levou a biblioteconomia às reflexões sobre “a informação” muitas vezes, inclusive, sobrepondo esse conceito ao de biblioteca, livro, leitura. Mas isso gera mais um problema.

Falamos de informação de forma ampla e vaga, muitas vezes conduz o estudante de biblioteconomia à questão: se tudo é informação o que cabe à biblioteconomia?

Há ainda quem prefira dizer, de forma objetiva, que o objeto da biblioteconomia é a informação registrada, chamada por Buckland (1991) de informação-como-coisa, e que muitos denominam

⁶ Optamos por essa denominação para indicar a área que inclui a arquivologia, a biblioteconomia, a ciência da informação, a documentação e a museologia. Cabe dizer, porém, que o campo de estudos da informação não se restringe a essas disciplinas. A computação e a linguística, por exemplo, estão produzindo amplos trabalhos que contribuem para as discussões sobre a informação, mas precisaríamos de estudos mais aprofundados para explicitar essa rede de atenção sobre a informação e optamos por manter somente as disciplinas explicitamente relacionadas ao tema no atual cenário (como visto em MARQUES, 2013).



documento (embora outros vão dizer que a ideia de documento carrega consigo significados que fogem ao escopo do registro ou ainda que ampliam a ideia de registro).

Mesmo que disséssemos “o objeto da biblioteconomia é o documento”, ainda assim essa afirmação seria vaga. Pensemos em um filme caseiro, feito com a câmera de um celular. Este tipo de registro certamente pode vir a ser considerado documento em muitas circunstâncias (como ocorre, por exemplo, quando a polícia se vale de um desses vídeos para solucionar um crime), mas seria esse um objeto típico da biblioteconomia?

Argumentamos que não. Dificilmente veremos um bibliotecário lidando com informações únicas. Essas, de forma geral, pertencem ao escopo da arquivologia que, como vimos, terá preocupações com a gênese, a credibilidade, a unicidade e a organicidade dos documentos, as quais, via de regra, fogem às atividades do bibliotecário.

Se pensarmos na ocupação típica de um bibliotecário em uma biblioteca⁷, chegamos imediatamente ao conceito de livro (ou mesmo de periódicos)⁸, de usuário e, em algum momento, à própria estrutura da biblioteca (seja ela física ou digital). Dessa forma, poderíamos dizer que o objeto da biblioteconomia é a mediação da informação seriada (que significa dizer que o bibliotecário faz a mediação de itens produzidos em massa).⁹ Isso certamente exclui muitos documentos, como o vídeo produzido pelo celular de alguém, mas mantém muitos outros: livros, periódicos, brinquedos, músicas, filmes, mapas...

Poderíamos dizer, de forma objetiva, que o bibliotecário é o mediador desses objetos com os seus usuários e a ideia de mediação certamente carrega consigo a ideia de disponibilização. Todos estes conceitos se desdobram várias vezes. Por exemplo, a ideia de disponibilização está ligada tanto às dimensões físicas de um espaço quanto à organização do acervo, de modo que a recuperação seja viável.

Após uma análise inicial decidimos que estes três itens compõe o objeto da biblioteconomia e apontam para um solo inicial de discussão sobre a área, e por isso optamos por privilegiá-los neste

⁷ É necessário dizer que este recorte aparentemente exclui muitas formas de atuação profissional. Mas, uma vez que o propósito do artigo é fomentar uma discussão inicial sobre o objeto das áreas analisadas, uma ampliação vertical desse conceito confundiria e atrapalharia mais do que agregaria. Dessa forma, durante o texto repetiremos a palavra biblioteca e isso é certamente uma questão complexa, os serviços de um bibliotecário e a preocupação teórica da biblioteconomia não se restringem a uma biblioteca, além dos sites, repositórios e ambientes de acúmulo e disponibilização de informações criados em espaços virtuais existem mapotecas, brinquedotecas, musicotecas etc. físicos, em todos estes espaços o bibliotecário deve atuar. Por outro lado, seria complexo repetirmos todos estes espaços em cada exemplo citado, por isso, optamos por utilizar a palavra biblioteca, embora as questões debatidas apliquem-se a todos os exemplos supracitados.

⁸ Conceitualmente, os periódicos são qualquer publicação que seja produzida com alguma periodicidade definida. Uma revista semanal é um periódico, assim como uma revista científica semestral também é um periódico.

⁹ Há, é claro, uma discussão filosófica ampla sobre a ideia de reprodutibilidade e muitos autores que apontam que cada documento é único, mesmo que sendo uma cópia. Para este artigo, entretanto, estamos optando por ignorar essa variável e para isso consideramos os documentos que convencionalmente não possuem o seu valor na unidade e sim no conteúdo (como um livro ou uma música reproduzida em massa e não o rascunho do autor, ou a partitura do músico; esses últimos documentos tem valor também pela sua singularidade, e é isso o que queremos excluir inicialmente das preocupações dos bibliotecários).



trabalho. Uma vez que definimos o tipo de documento que comumente será objeto da biblioteconomia, seguiremos uma breve e introdutória discussão sobre os demais conceitos que citamos: usuários e acesso.

3.1 OS USUÁRIOS E O ACESSO

Muitas vezes pensamos em usuário como “aquele que usa”. E, se pensamos assim, para a biblioteconomia o usuário seria aquele que usa os documentos/ a informação da biblioteca. Essa informação evidentemente não é falsa. Uma biblioteca precisa ter um controle sobre o uso de seu acervo, sobre a impressão dos frequentadores sobre a qualidade do conteúdo, também precisa compreender se os serviços prestados estão adequados etc.

Contemporaneamente, e principalmente impulsionadas pelos estudos de usuários da abordagem alternativa ou centradas no usuário, a ideia amplia-se ainda às questões relativas ao aprendizado, ao uso e às ações impulsionadas pelo consumo de documentos e informação. Poderíamos dizer de outra forma: além das preocupações com a recepção dos usuários aos documentos/informações, a biblioteconomia tem, cada vez mais, refletido sobre o uso e a compreensão desses usuários acerca dos documentos/informação utilizados.

Isso amplia a própria noção de biblioteca e de uso de informação. Brenda Dervin, por exemplo, criou uma teoria e método muito úteis às bibliotecas denominado *Sense-Making* (ou Fazendo-Sentido, em tradução livre). A autora destaca que diante de uma situação de dúvida, ou mais precisamente, diante de um problema, as pessoas precisam criar pontes que possibilitem resolvê-los. Ao que aqui nos interessa, a biblioteconomia e o bibliotecário cada vez mais compreendem a sua ciência/ o seu ofício como o responsável por auxiliar o usuário a criar essas pontes.

Preocupar-se com a qualidade dos serviços, uso e acervo e a receptividade destes é certamente fundamental. Mas a biblioteconomia não teria responsabilidade com ninguém além daqueles usuários frequentadores de uma biblioteca? Sobre essa premissa erigiu-se mais um conceito também caro à área: o usuário potencial.

O conceito de potencialidade é emprestado da filosofia e, posteriormente, das ciências exatas para as outras ciências, inclusive as humanas, sociais e sociais aplicadas (onde a biblioteconomia é atualmente categorizada). Rigorosamente a ideia de potencialidade está relacionada ao “vir a ser”, que não caberia aqui ser amplamente discutida, mas que grosseiramente poderíamos traduzir como “aquilo que poderia ser mais ainda não é” / “aquilo que poderia ser e nunca será”.

A ideia de potencialidade está enraizada nessa díade. Um exemplo prático: uma semente de abacate pode vir a ser um “pé de abacate” ou não, mesmo que plantada (o caroço pode não estar bom, ou o solo não ser o adequado...) e, para ampliar um pouco mais a discussão, ela nunca nascerá, caso não seja plantada. Também poderíamos dizer igualmente que uma semente de abacate nunca será um pé de manga, pois há um imperativo genético que proíbe isso.

Isso se relaciona com a biblioteconomia de forma bem simples e objetiva: a comunidade a que atende uma biblioteca, por exemplo,¹⁰ será sempre potencialmente usuária daqueles serviços e documentos. Isso significa dizer que todos os estudantes de biblioteconomia e arquivologia (ou qualquer disciplina científica) são usuários em potencial das bibliotecas universitárias de seus respectivos *campi*, mesmo que nunca a tenham utilizado ou visitado e, de grosso modo, o papel do bibliotecário é intermediar esse documento ou informação (como preferirem) ao usuário, incluindo aquele que ainda não se percebe como usuário, ou não sabe que uma unidade de informação pode atender às suas questões.

O indiano Shialy Ramamrita Ranganathan (1967) é considerado por muitos um dos pais da biblioteconomia moderna pois, em suas leis, ele contempla muitos destes pontos que viemos buscando traçar até aqui. Vamos a elas:

1ª Os livros são para serem usados.

2ª A cada leitor o seu livro.

3ª Para cada livro o seu leitor

4ª Poupe o tempo do leitor

5ª A biblioteca é uma organização em crescimento

Certamente essas leis estão ligadas ao contexto de sua produção, durante a década de 1930, e refletem uma sociedade em que a preocupação primordial do bibliotecário se ligava aos livros. Mas, em grosso modo, podemos considerar suas relações com o atual cenário.

Não cabe aqui uma longa explicação sobre essas leis, já que a professora Maria Luiza de Almeida Campos (1992) o fez em um artigo intitulado: “As cinco leis da biblioteconomia e o exercício profissional”, mas podemos sinalizar alguns fundamentos importantes, dos quais destacaremos dois: a) Livros e documentos seriados tem a sua função, salvo em raras exceções, através do uso. Por isso a importância do bibliotecário, quem vai auxiliar a circulação desses documentos; b) Nem toda informação e nem todo conhecimento será de interesse de todos e os motivos para isso são muitos. Geralmente pensamos no óbvio: se um sujeito “A” não gosta de aviação é provável que o mesmo não se interesse por livros e/ou outros documentos sobre aviação, mas é importante ampliar esta questão. Por vezes, o sujeito

¹⁰ Por razões metodológicas, optamos por utilizar a palavra “biblioteca” e exemplificar com problemas típicos de uma biblioteca, mas essa discussão pode e deve ser estendida às brinquedotecas, mapotecas, sites de internet etc.



“A” se interessa por aviação e busca livros com esta temática, mas os disponíveis estão escritos em inglês, língua que não domina.

Embora isso não seja uma questão geralmente operacionalizada, existem fórmulas que ligam documentos e informação aos seus usuários. Isso pode inclusive ligar-se ao uso ou ao desuso de uma unidade de informação.

Além dessas questões acertadamente apontadas por Ranganathan, existe uma outra, que brevemente citamos anteriormente, e que na atualidade é parte importante do objeto da biblioteconomia: a acessibilidade.

Tanto uma biblioteca que não possua uma rampa para cadeirantes, quanto um site da internet que não possua opções de acessibilidade para cegos estará, certamente, impedindo o acesso à coleção, ou à informação (para falarmos de forma mais genérica) por parte dos usuários potenciais de seus acervos.

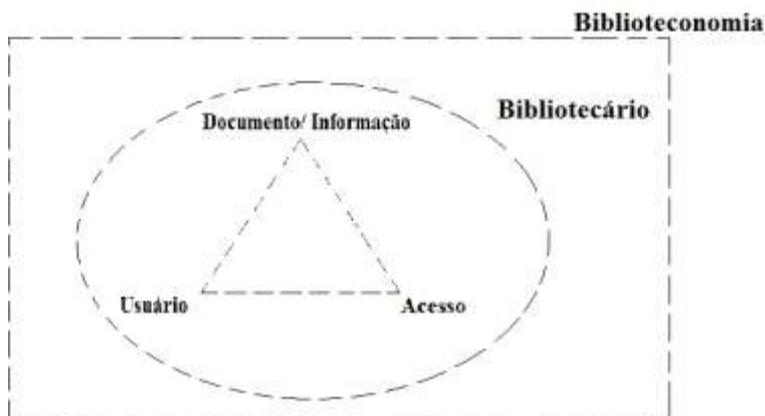
Além disso, do que adiantaria o acesso às coleções se os documentos estivessem desordenados?

Nos discursos da área de biblioteconomia, a ideia de recuperação e organização da informação/documento preocupa-se precisamente com essa questão: como facilitar, dinamizar e mesmo permitir o acesso à informação de forma eficiente e eficaz? Isso possui um relacionamento com a 4ª lei de Ranganathan, mas estas questões são anteriores a ele. Poderíamos dizer isso de forma mais objetiva: a biblioteconomia é uma ciência que se preocupa com a organização de documentos/informação e, em muitos casos, se justifica pela facilitação do acesso e recuperação de um documento/informação.

Um último ponto, as bibliotecas são espaços finitos, a produção de documento é infinita. Como saber o que deve ser mantido no acervo de uma biblioteca? Mais precisamente, como identificar o material que pode, ou não, ser de interesse para pesquisas futuras? O que se descarta, o que se admite entrar, o que está em evidência? Todas estas questões vão, hora ou outra, compor o escopo de preocupações do bibliotecário em sua atividade profissional e, enquanto ciência, a biblioteconomia visa dar suporte e facilitar a resolução dessas questões.

Assim, poderíamos resumir o objeto da biblioteconomia com base nos três pontos que destacamos no início, e ampliando a discussão ao profissional. Resolvemos, apenas para fins didáticos, representarmos a questão dessa maneira:

Figura 1 – Objeto da Biblioteconomia em três pontos



Fonte: Autores, 2020.

Os três itens citados ligam-se pelo conceito de intermédio, que é chave para a compreensão da biblioteconomia no contemporâneo. O papel do bibliotecário é intermediar esses elementos. A biblioteconomia como ciência, é claro, possui outros lastros que, por motivos da nossa opção metodológica, optamos por não aprofundar aqui.

Gostaríamos de apontar apenas que estes itens não são necessariamente simples, cada um deles abre um amplo leque de questões novas que também impactam a área.

4 CONCLUSÃO

Como visto, a arquivologia e a biblioteconomia são áreas com diferenças no que diz respeito à recepção e produção do acervo (objeto científico), à forma de tratamento do mesmo, ao usuário, ao acesso e, claro, à atuação profissional. Em contrapartida, ambas as ciências possuem ligação com a sociedade e isso acarreta questões relativas à responsabilidade social das mesmas. As discussões sobre a tecnologia e sobre o impacto desta na sociedade estão também sendo realizadas por ambas as ciências, seja através de sua prática profissional e científica, que aqui defendemos: não se desligam.

Na arquivologia, após apresentarmos a visão de seis autores sobre o objeto da área, escolhemos e sugerimos que se considere tal objeto como o “documento de arquivo”. Esse documento precisa apresentar determinadas características (autenticidade, unicidade, imparcialidade, naturalidade, organicidade) e seguir os princípios arquivísticos (cumulatividade, proveniência, indivisibilidade, organicidade, unicidade, respeito aos fundos). O tratamento também levará em conta tais regras, porque

uma das funções primordiais do documento de arquivo é “provar”. Ele é prova e testemunho de atividades e funções do produtor. Assim não é todo documento que pode ser considerado como de arquivo. O profissional que lidará com tais documentos precisa ter o conhecimento necessário para garantir que os valores de prova e testemunho não se percam, independente de trabalhar em um arquivo público ou privado, nas fases corrente, intermediária ou permanente.

Também vimos que dentro da própria área há divergências quanto ao que seria seu objeto científico. Tais divergências, como na visão pós-custodial, enfatizam o uso social da informação, ou seja, uma preocupação maior com o usuário. De fato, houve um período em que os arquivos funcionavam mais como um repositório do que como um lugar de difusão e acesso. Nesse sentido, as críticas pós-custodiais foram e são relevantes para a arquivologia. Acreditamos, porém, que os arquivistas custodiais podem corrigir a possível falta de atenção com o usuário através do enfoque em instrumentos de pesquisa, difusão do acervo junto à sociedade e ações educativas. O tratamento e a visão que garantem o caráter de prova do documento de arquivo não necessitam de uma modificação completa.

A biblioteconomia, enquanto ciência, não se resume as atividades profissionais do bibliotecário, sua atuação é mais ampla e possui relações, inclusive, com outras disciplinas e profissões.

Por outro lado, o afazer prático do bibliotecário auxilia a compreensão das discussões que a biblioteconomia desenvolve enquanto disciplina. Como forma de concluir, queremos remarcar a importância na compreensão do documento, do acesso e do usuário. Apesar das múltiplas discussões, esses elementos são o que hoje justificam a existência deste campo do saber.

Essas informações, é claro, são reféns do tempo e do desenvolvimento científico e profissional, mas, com este esboço, buscamos apontar para a importância de que a arquivologia e biblioteconomia possam ser percebidas como ciências autônomas e com objetos distintos, embora as discussões sobre a informação e, atualmente, sobre o documento digital e acesso possam ter aproximado profundamente as áreas.

Quadro 1 - Diferenças entre arquivologia e biblioteconomia

| | ARQUIVOLOGIA | BIBLIOTECONOMIA |
|---------------|---|--|
| Doc./ Inf. | Único. Qualquer gênero, desde que siga os seguintes princípios e características: proveniência, naturalidade, imparcialidade e autenticidade, cumulatividade, unicidade, indivisibilidade, respeito aos organicidade. | Geralmente seriada. Podem ser: livros, periódicos, mapas, músicas, filmes, brinquedos etc. |
| Usuário | O próprio produtor (uso primário) e demais pessoas (uso secundário – cidadãos em busca dos seus direitos, estudantes, pesquisadores etc.) | Real e potencial. |
| Acesso | Os documentos/informações precisam estar ordenados de forma a facilitar sua recuperação física nas pastas/caixas/prateleiras (códigos) e classificados/ arranjados de forma a refletir as atividades e funções do produtor e a ligação entre os documentos, para auxiliar a compreensão do usuário sobre o produtor, sobre os documentos que procura e permitir a recuperação intelectual dos mesmos. | Física: Estrutura que amplie o acesso do usuário ao documento/informação, como rampa de cadeirantes, funcionários fluentes em libras, opções de leitura para quem possui deficiência visual; Organizacional: os documentos/informações estarem ordenados de forma que sejam facilmente recuperados, aproximação temática para facilitar a busca pelas estantes, indexação que facilite o acesso etc. |

Fonte: Autores, 2020.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi realizado com o auxílio da CAPES.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (APERJ). *Acervo*. Disponível em: <http://200.222.27.136/index.php/arquivo-publico-do-estado-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 15 mar. 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro, 2005.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.



_____. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. *In: Seminário de Estudos da Informação*, v. 1, 2010, Niterói. *Documento: gênese e contexto de uso*. Niterói: EdUFF, 2010.

BELLOTTO, Heloísa L; CAMARGO, Ana Maria de A. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - São Paulo, 1996.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science*, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. *As cinco leis da Biblioteconomia e o exercício profissional*. 1992. Disponível em: <http://www.conexao rio.com/bit/mluiza/index.htm>. Acesso em: 29 maio 2019.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9/20>. Acesso em: 16 mar. 2019.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê? Textos Escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DERVIN, B. From the mind's eye of the user: the sense-making qualitative-quantitative methodology. *In: Glazier, Jack D; Powell, Ronald R. Qualitative Research in Information Management*. Englewood, CO: Libraties Unlimited, p. 61-84, 1992. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/2281/Dervin1992a.htm>. Acesso em: 04 ago. 2017.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, 1994.

FONSECA, Maria Odila K. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FREITAS, Lidia Silva de. *Na Teia dos Sentidos: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação*. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARQUES, Angélica A. da C. *A Arquivologia Brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

MOSTAFA, Solange Puntel. *Epistemologia da Biblioteconomia*. 1985. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

RANGANATHAN, S. R. *The Five Laws of Library Science*. Bombay: Asia Publishing House, 1967.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.



SCHMIDT, C. M. S. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SHEPHERD, Elizabeth; YEO, Geoffrey. *Managing records: a handbook of principles and practice*. Facet Publishing: 2003.

TANUS, G. F. S. C. Arquivos, bibliotecas e museus: várias histórias. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 28, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/download/3784/3004>. Acesso em: 15 mar. 2019.

ARCHIVAL SCIENCE AND LIBRARIANSHIP: DIFFERENCES IN PROFESSIONAL PERFORMANCE AND IN THE TREATMENT OF THEIR OBJECTS

Abstract: The article aims to introduce some conceptual differences between librarianship and archival science. To advance the discussion, it presents the scientific objects of both sciences and the differences in the professional practice of archivists and librarians. For the establishment of the clipping it is considered, besides the scientific object and the professional activity, the meaning of users and access and their differences in both knowledge. As a result, it presents a comparative chart between the key elements analyzed and concludes that, despite the convergences between areas, the differences are marked by professional practices with still different demands and universes.

Keywords: Archival Science. Librarianship. Scientific object. Professional practice.